

# **BIG TECH**

**A ASCENSÃO  
DOS DADOS  
E A MORTE  
DA POLÍTICA**

**EVGENY  
MOROZOV**

tradução  
**CLAUDIO MARCONDES**

Sensores, celulares e aplicativos: são esses os tampões de ouvido da nossa geração. O fato de não percebermos mais como eles eliminam tudo o que cheira a política em nossas vidas é, por si só, revelador: a surdez – à injustiça e à desigualdade, mas acima de tudo ao nosso próprio e lamentável estado das coisas – é o preço que pagamos por essa dose de conforto imediato.

## A ASCENSÃO DOS DADOS E A MORTE DA POLÍTICA<sup>4</sup>

No dia 24 de agosto de 1965, Glória Placente, 34 anos, moradora do Queens, em Nova York, seguia de carro para Orchard Beach, no Bronx. Usando shorts e óculos de sol, a dona de casa esperava passar um momento tranquilo na praia. Porém, assim que cruzou a ponte da Willis Avenue em seu Chevrolet Corvair, Placente viu-se cercada por uma dúzia de policiais. Havia ali também 125 repórteres, prontos para testemunhar o lançamento da Operação Corral [acrônimo de *Computer Oriented Retrieval of Auto Larcenists*, Identificação de Ladrões de Automóveis por meio de Computador], promovida pelo Departamento de Polícia de Nova York.

Quinze meses antes, Placente havia passado por um farol vermelho e deixara de responder à intimação judicial, uma transgressão que a Operação Corral pretendia punir com uma forte dose de tecnokafkanismo. O sistema funcionava assim: estacionado numa das extremidades da ponte, um veículo da polícia transmitia por rádio as placas dos carros que passavam a um teletipista instalado a alguns quilômetros dali; este, por sua vez, introduzia os dados num computador Univac 490, um

caro brinquedo de 500 mil dólares

<sup>4</sup> Publicado originalmente como "The Rise of Data and the Death of Politics", *The Guardian*, Londres, 17 jul. 2014.

81 (equivalentes a 3,5 milhões em dólares

atuais) da Sperry Rand Corporation. O computador verificava as placas em um banco de dados de 130 mil carros que haviam sido roubadas ou pertenciam a criminosos conhecidos. Caso a placa constasse nesse banco, o teletipista emitia um alerta para um segundo carro de patrulha na outra saída da ponte. Todo o processo levava, em média, apenas sete segundos.

Em comparação com o impressionante equipamento à disposição da polícia hoje – reconhecimento automático de placas de veículos, câmeras de vigilância, rastreadores de GPS –, a Operação Corral parece esdrúxula. E, daqui em diante, as possibilidades de controle só tendem a se expandir. As autoridades europeias chegaram a considerar a exigência de que todos os carros que entrassem no mercado europeu tivessem um mecanismo que permitisse à polícia parar os veículos remotamente. No início de 2014, Jim Farley, executivo sênior da Ford, reconheceu que “conhecemos todos os infratores, sabemos quando estão transgredindo a lei. O GPS em seu carro permite sabermos o que você faz. Mas é claro que não fornecemos esses dados para ninguém”. Essa última frase não soou muito tranquilizadora e, mais tarde, Farley retratou-se.

A medida que se tornam “inteligentes”, os carros e as estradas permitem que, em tempo real, a lei seja aplicada de forma quase perfeita. Em vez de esperar que os motoristas cometam uma infração, as autoridades podem atuar preventivamente. Assim, um trecho de oitenta quilômetros da autoestrada A14, entre Felixstowe e Rugby, na Inglaterra, está sendo equipado com vários radares capazes de monitorar o tráfego com base no envio e na recepção de sinais de celulares nos veículos em movimento. Segundo a Ofcom, o cão de guarda das telecomunicações, essas estradas inteligentes e conectadas a um sistema centralizado de controle de tráfego poderiam não só

estabelecer limites de velocidade variáveis a fim de regularizar o fluxo de tráfego, como também encaminhar os veículos “a rotas alternativas, a fim de evitar congestionamentos e até [administrar] as velocidades”.

Outros aparelhos – de celulares a óculos inteligentes (smart glasses) – prometem ainda mais proteção e segurança. A Apple patenteou uma tecnologia que usa sensores do celular para verificar se o carro está em movimento e se a pessoa que usa o telefone é o motorista; se confirmadas ambas as condições, o aplicativo de mensagens de texto é bloqueado. A Intel e a Ford estão aperfeiçoando, juntas, o Projeto Mobil – um sistema de reconhecimento facial que, caso não reconheça o rosto do motorista, não só impede a partida do carro, como envia a foto da pessoa ao dono do carro (más notícias para os adolescentes).

O carro é o emblema de transformações que ocorrem em vários domínios, desde ambientes inteligentes para uma “vida assistida”, nos quais tapetes e paredes detectam quando alguém está caído no chão, até planos diretores para cidades inteligentes, em que os serviços municipais despachariam recursos apenas para as áreas mais necessitadas. Graças aos sensores e à conectividade com a internet, os objetos mais cotidianos e banais adquiriram enorme poder de controlar nosso comportamento. Até mesmo banheiros públicos se prestam a essa otimização com base em sensores: o Safeguard Germ Alarm, um dosador de sabão inteligente desenvolvido pela Procter & Gamble, usado em banheiros públicos nas Filipinas, conta com sensores que monitoram as portas das cabines. Assim que a pessoa sai de uma, o alarme começa a tocar – e só silencia quando o botão do dosador de sabão é acionado.

Nesse contexto, o plano mais recente do Google de levar seu sistema operacional Android a relógios, carros,

termostatos inteligentes, e, desconfia-se, a tudo que for considerado inteligente, parece um tanto assustador. Num futuro próximo, o Google será o intermediário entre você e sua geladeira, você e seu carro, você e sua lixeira, permitindo que a NSA satisfaça seu vício pelo acúmulo maciço de dados, e por intermédio de um único ponto de acesso.

Essa "inteligentificação" da vida cotidiana segue um padrão familiar: existem os dados primários – uma lista do que há na geladeira e na lixeira inteligentes – e os metadados – um registro da frequência com que você abre uma dessas coisas ou de quando elas se comunicam. Tanto os dados como os metadados resultam em ideias interessantes: por exemplo, os colchões inteligentes – um modelo recente promete acompanhar a respiração e os batimentos cardíacos, assim como a movimentação da pessoa durante a noite – ou os eletrodomésticos inteligentes que fornecem conselhos nutricionais.

Além de tornar nossa vida mais eficiente, esse mundo inteligente nos apresenta uma opção política empolgante. Se tanto do nosso comportamento cotidiano já foi capturado, analisado e manipulado, por que deveríamos nos deter nas abordagens não empíricas da regulação? Por que confiar em leis, se podemos contar com sensores e mecanismos de retroalimentação? Se as intervenções políticas devem ser – para fazer uso das expressões da moda – "baseadas em evidências" e "voltadas para resultados", a tecnologia está aqui para ajudar.

Esse novo tipo de governança tem um nome: regulação algorítmica. O programa político do Vale do Silício se baseia nessa regulação. Tim O'Reilly, um editor de tecnologia influente, investidor de risco e homem de ideias (é o responsável pela difusão do termo "Web 2.0"), tem sido o seu promotor mais entusiasta. Em um ensaio, O'Reilly defende de maneira

intrigante as virtudes da regulação algorítmica – uma defesa que merece um exame mais apurado tanto pelo que promete aos formuladores de políticas como pelos pressupostos simplistas que evidencia a respeito da política, da democracia e do poder.

Para entender o funcionamento da regulação algorítmica, basta atentar para o filtro de *spam* de seu programa de e-mail. Em vez de definir restritivamente o que é um *spam*, o filtro de e-mail aprende com os usuários. Nem o Google consegue criar regras para bloquear todas as inovações engenhosas dos *spammers* profissionais. No entanto, consegue ensinar o sistema a reconhecer uma boa regra e também a informar a hora certa de achar outra regra capaz de encontrar uma boa regra – e assim por diante. Um algoritmo pode fazer isso, mas é a retroalimentação constante em tempo real dos usuários que lhe permite combater ameaças jamais imaginadas pelos projetistas. E isso vale não só para o *spam*: os bancos usam métodos semelhantes para detectar fraudes com cartões de crédito.

Em seu ensaio, O'Reilly extrai lições filosóficas mais abrangentes dessas tecnologias, argumentando que elas funcionam porque dependem de "uma compreensão profunda do resultado desejado" (*spam* é ruim!) e periodicamente verificam se os algoritmos estão funcionando tal como previsto (há excesso de e-mails legítimos marcados como *spam*?).

O'Reilly apresenta essas tecnologias como novas e únicas – vivemos uma revolução digital, afinal de contas –, mas o princípio por trás da "regulação algorítmica" é familiar aos fundadores da cibernética – uma disciplina em cujo nome (significa "a ciência da governabilidade") se alude às suas grandes ambições reguladoras. Esse princípio, que permite ao sistema manter a estabilidade por meio do aprendizado constante e da adaptação às circunstâncias variáveis, é o que o psiquiatra brit-

tânico Ross Ashby, um dos fundadores da cibernética, chamou de "ultraestabilidade".

Para ilustrar esse princípio, Ashby projetou o homeostato, um dispositivo inteligente que consiste na interligação de quatro unidades de controle de bombas da Força Aérea britânica – caixas-pretas de aparência misteriosa com muitos botões e interruptores – sensíveis a flutuações de voltagem. Se uma unidade deixa de funcionar corretamente – por exemplo, por causa de uma perturbação externa inesperada –, as outras três se reajustam e se reagrupam, compensando a insuficiência da unidade afetada e mantendo estável a produção geral do dispositivo.

A "ultraestabilidade" do homeostato de Ashby depende do monitoramento constante do seu estado interno e do reajuste imediato dos seus recursos adicionais. Como o filtro de spam, não é preciso especificar de antemão todos os possíveis problemas – apenas as regras de como e quando o dispositivo deve se atualizar e se reorganizar. Não se trata de um avanço basal em relação ao funcionamento usual dos sistemas técnicos, com suas regras rígidas do tipo se/então: de repente, não há mais necessidade de desenvolver procedimentos para enfrentar todas as contingências, porque – assim se espera – os algoritmos e a retroalimentação imediata, em tempo real, podem obter resultados melhores do que regras inflexíveis e desvinculadas da realidade.

Não resta dúvida de que a regulação algorítmica poderia melhorar a administração das leis existentes. Se é um recurso eficaz contra fraudes com cartões de crédito, por que não usá-lo contra fraudes fiscais? Os burocratas italianos testaram o *redolometro*, o registro de rendimentos, um instrumento que compara os padrões de gastos – valores acessíveis graças

06 a uma lei italiana misteriosa –; conhecendo a renda de-

clarada de uma pessoa, as autoridades podem saber quando ela gasta mais do que ganha. A Espanha já manifestou interesse em uma ferramenta semelhante.

Esses sistemas, no entanto, são inúteis contra os verdadeiros culpados da evasão fiscal – as famílias super-ricas que lucram com diversos esquemas em paraísos fiscais ou que simplesmente conseguem aprovar leis com isenções escandalosas. A regulação algorítmica é perfeita para assegurar o cumprimento de um programa de austeridade, deixando intocados os responsáveis pela crise fiscal. Para saber se esses sistemas estão funcionando como esperado, é preciso mudar a pergunta de O'Reilly: para quem estão trabalhando? Se favorecem apenas os plutocratas que evitam os impostos, as instituições financeiras globais interessadas em orçamentos nacionais equilibradas e as empresas que desenvolvem softwares de rastreamento de rendimentos, então dificilmente se trata de um êxito democrático.

Convicto de que a regulação algorítmica se baseia numa "profunda compreensão do resultado desejado", O'Reilly habilidosamente desvincula os meios e os fins da prática política. Mas, na política, "como" é tão importante quanto "quê" – na verdade, o primeiro muitas vezes molda o segundo. Todos concordam que educação, saúde e segurança são "resultados desejados", porém como alcançá-los? No passado, quando deparamos com a dura escolha política de consegui-los ou por meio do mercado ou por meio do Estado, as linhas do debate ideológico eram claras. Hoje, quando se supõe que a escolha seja entre o digital e o analógico, ou entre a retroalimentação dinâmica e a lei estática, não há mais essa clareza ideológica – como se a própria escolha de como alcançar esses "resultados desejados" fosse apolítica e não nos obrigasse a optar entre concepções de vida comunitária

07 distintas e muitas vezes incompatíveis.

Ao assumir que o mundo utópico dos ciclos infinitos de retroalimentação é tão eficiente que transcende a política, os proponentes da regulação algorítmica caem na mesma armadilha dos tecnocratas do passado. Sim, esses sistemas são extremamente eficientes – da mesma maneira que Cingapura é extremamente eficiente (não surpreende, portanto, que O'Reilly elogie o entusiasmo com a adoção da regulação algorítmica por Cingapura). E, embora os líderes desse país possam acreditar que eles também transcendem a política, isso não significa que seu regime não possa ser avaliado fora do plano linguístico da eficiência e da inovação, isto é, a partir de referências políticas, e não econômicas.

Como o Vale do Silício continua a corromper nossa linguagem com sua interminável exaltação da disrupção e da eficiência – conceitos em desacordo com o vocabulário da democracia –, nossa capacidade de questionar o "como" da política fica debilitada. No Vale do Silício, a resposta padronizada para isso é o que chamamos de solucionismo: os problemas devem ser resolvidos por meio de aplicativos, sensores e ciclos infinitos de retroalimentação – todos fornecidos por startups. No começo de 2014, Eric Schmidt, do Google, chegou até a prometer que as startups trariam a solução para o problema da desigualdade econômica: esta, ao que parece, também pode se beneficiar de uma "disrupção". E, aonde vão os inovadores e os disruptores, os burocratas vão atrás.

Os serviços de inteligência adotaram o solucionismo antes de outros órgãos governamentais. Com isso, conseguiram restringir o tópico do terrorismo: um assunto um pouco vinculado com a história e com a política externa tornou-se agora uma questão informacional de identificação de possíveis ameaças terroristas graças à vigilância constante. Eles incitaram os cidadãos a aceitar que a instabilidade faz parte do jogo, que as

raízes do terrorismo não são rastreáveis nem remediáveis e que a ameaça só pode ser evitada por meio da inovação e da superação do inimigo por meio de sistemas de comunicação mais efetivos.

Em um discurso em Atenas em novembro de 2013, o filósofo italiano Giorgio Agamben discutiu uma transformação epocal na própria ideia de governo, "que põe de pernas para o ar a tradicional relação hierárquica entre causas e efeitos. Já que governar as causas é difícil e caro, é mais seguro e útil tentar governar os efeitos".

Para Agamben, essa transformação é uma característica da modernidade. Ela também explica por que a liberalização da economia pode coexistir com a proliferação cada vez maior dos controles – por intermédio de dosadores de sabão e de carros gerenciados remotamente – na vida cotidiana. "Se o governo aponta aos efeitos e não às causas, será obrigado a estender e a multiplicar o controle. As causas exigem ser conhecidas, enquanto os efeitos apenas podem ser verificados e controlados." A regulação algorítmica é uma concretização desse programa político em formato tecnológico.

A verdadeira política de regulação algorítmica torna-se visível quando sua lógica é aplicada às redes de proteção do Estado de bem-estar social. Não há apelos para dismantelar tais redes, mas os cidadãos são incentivados a se responsabilizar por sua própria saúde. Basta ver como Fred Wilson, um influente investidor de risco americano, aborda o tema. "A saúde [...] é o oposto dos cuidados médicos", comentou durante uma conferência em Paris em dezembro de 2013. "É, antes de tudo, o que mantém a pessoa fora do sistema de saúde." Assim, somos incitados a usar aplicativos de monitoramento e plataformas de compartilhamento de dados, a acompanhar nossos indicadores vitais, sintomas e discrepâncias do ideal por conta própria.

*Caro Agamben  
efeito*

Isso combina muito bem com as recentes propostas de políticas para resgatar os serviços públicos deteriorados por meio do incentivo de modos de vida mais saudáveis. Um exemplo é o relatório de 2013 da subprefeitura londrina de Westminster e do instituto *Local Government Information Unit*, que sugeria a vinculação dos benefícios de moradia e outras ajudas sociais à frequência na academia de ginástica, algo que seria controlado por meio de cartões inteligentes. Estes talvez nem sejam necessários: muitos celulares já contabilizam a quantidade de passos que damos por dia (o Google Now, o assistente virtual da empresa, registra esses dados automaticamente e periodicamente, apresentando-os aos usuários de modo a incentivá-los a caminhar mais).

O'Reilly está atento às inúmeras possibilidades que os dispositivos de rastreamento oferecem aos setores da saúde e dos convênios médicos. "Sabem como a publicidade virou o modelo de negócios predominante na internet?", indagou ele numa conferência recente. "Na minha opinião, o seguro vai ser o verdadeiro modelo de negócio na Internet das Coisas." É, de fato, parece que caminhamos nesse sentido: em 2014, a Microsoft fechou um acordo com a American Family Insurance, a oitava maior seguradora de residências dos Estados Unidos, pelo qual as duas empresas financiariam startups interessadas em desenvolver e instalar sensores em casas e carros inteligentes com a finalidade de manter uma "proteção proativa".

Uma companhia de seguros arcaria de bom grado com os custos da instalação de mais um sensor na sua casa – desde que ele possa alertar automaticamente o corpo de bombeiros ou fazer piscar as luzes da entrada quando o detector de fumaça for acionado. Por enquanto, esses sistemas de rastreamento são oferecidos como um benefício adicional que pode nos poupar algum dinheiro. Porém, como vai ser quando chegar o

momento em que não usá-las será considerado um desvio – ou, pior, um ato de dissimulação – que pode ser punido com apólices de seguro mais caras?

Outro exemplo é um relatório, divulgado em maio de 2014 pelo Instituto 2020health, que propunha a redução de impostos para os britânicos que deixassem de fumar, mantivessem o peso baixo ou bebessem menos. "Propomos 'pagamento por resultados', uma recompensa financeira para as pessoas que se empenharem ativamente em preservar a saúde, comprometendo-se, por exemplo, em manter sob controle os níveis de açúcar no sangue, parar de fumar, manter o peso, cuidar mais de si. [...] Para essas pessoas, haverá um desconto nos impostos ou um bônus de fim de ano", afirma o relatório. Os dispositivos inteligentes são os aliados naturais de tais esquemas: eles registram os resultados e podem até mesmo ajudar a alcançá-los – instigando-nos constantemente a fazer o que é esperado.

O pressuposto tácito da maioria dessas propostas é que os doentes não apenas são um fardo para a sociedade, como merecem ser punidos (fiscalmente, por enquanto) por sua irresponsabilidade. Pois o que mais poderia explicar os problemas de saúde são suas deficiências pessoais? Certamente não é o poder das empresas alimentícias ou as distinções de classe ou, ainda, as inúmeras injustiças políticas e econômicas. Uma pessoa pode usar dezenas de sensores poderosos, ter um colchão inteligente e até manter um registro diário preciso de suas fezes – como alguns aficionados do monitoramento costumam fazer –, mas aquelas injustiças continuam sendo invisíveis, pois não podem ser medidas com sensores. O diabo não usa dados. É muito mais difícil monitorar as injustiças sociais do que a vida cotidiana dos indivíduos submetidas a elas.

Ao desviar o enfoque regulador – do controle da variação institucional e corporativa para o contínuo di-

recionamento eletrônico dos indivíduos –, a regulação algorítmica nos oferece a boa e velha utopia tecnocrática da política apolítica. Desacordo e conflito, sob esse modelo, são vistos como subprodutos lamentáveis da era analógica – a serem eliminados por meio da coleta de dados –, e não como consequências inevitáveis de conflitos econômicos ou ideológicos.

Todavia, uma política apolítica não significa uma política sem controle ou gerenciamento. Como observa O'Reilly em seu ensaio, "as novas tecnologias permitem diminuir a quantidade de regulamentação, aumentando simultaneamente a quantidade de supervisão e a produção de resultados desejáveis". Assim, equivoca-se quem acha que o Vale do Silício quer nos livrar das instituições governamentais. Seu Estado ideal não é o pequeno governo dos libertários – afinal, um Estado pequeno não precisa de aparelhos sofisticados nem de servidores de massa para o processamento de dados –, e sim o Estado obcecado pela acumulação de dados proposto pelos economistas comportamentais.

O Estado instigador está apaixonado pela tecnologia da retroalimentação, pois seu princípio crucial e fundador é o de que, embora o comportamento seja irracional, tal irracionalidade pode ser coerigida – basta o ambiente atuar sobre nós, instigando-nos na direção certa. Não admira, portanto, que uma das três únicas referências no fim do ensaio de O'Reilly seja um discurso intitulado "Regulation: Looking Backward, Looking Forward" ["Regulação: de olho no passado e no futuro"], pronunciado em 2012 por Cass Sunstein, proeminente jurista americano e principal teórico do Estado instigador.

E, enquanto os instigadores já capturaram o Estado ao fazer da psicologia comportamental a linguagem predileta da burocracia governamental – Daniel Kahneman fica, Ma-  
82 quitavel sai –, o lobby da regulação algorítmica avança por

vias mais clandestinas. Eles criam organizações sem fins lucrativos inofensivas, como a Code for America, que depois coopta o Estado – sob o pretexto de estimular os programadores talentosos a lidar com problemas cívicos.

Tais iniciativas visam reprogramar o Estado e torná-lo receptivo à retroalimentação, eliminando outros meios de fazer política. A interoperabilidade é crucial para o funcionamento de todos esses aplicativos de rastreamento, algoritmos e sensores – e é bem isso o que exigem essas organizações pseudo-humanitárias, com sua crença fervorosa em dados abertos. E, quando o governo é lento demais para acompanhar a velocidade do Vale do Silício, elas simplesmente se mudam para dentro dele. Assim, Jennifer Pahlka, a fundadora do Code for America e protegida de O'Reilly, tornou-se vice-chefe de tecnologia do governo dos Estados Unidos – ao mesmo tempo que gerenciava um programa da Casa Branca de "bolsas de inovação" por um ano.

Governos desfalcados veem com bons olhos essa colonização por parte de tecnólogos – sobretudo se ela ajudar a identificar e a organizar conjuntos de dados que possam ser vendidos com lucro para empresas que precisam deles para fins publicitários. Confrontos recentes a respeito da venda de dados coletados pelos sistemas de educação e de saúde no Reino Unido são apenas uma amostra das batalhas que estão por vir: depois de todos os ativos estatais terem sido privatizados, chegará a vez dos dados. Para O'Reilly, os dados abertos são "um facilitador-chave da revolução da mensuração".

Essa "revolução da mensuração" tem como objetivo quantificar a eficiência de vários programas sociais, como se a lógica por trás das redes de proteção social proporcionadas por alguns desses programas fosse atingir a perfeição dos resultados.

80 A verdadeira lógica, claro, é possibilitar uma vida satisfató-



ria por meio da supressão de determinadas ansiedades, de modo que os cidadãos possam perseguir seus projetos de vida em relativa tranquilidade. Essa ideia gerou uma vasta aparelhagem burocrática e os críticos do Estado de bem-estar social de esquerda – em especial Michel Foucault – tinham razão ao questionar seu viés disciplinar. No entanto, nem a perfeição nem a eficiência eram o “resultado desejado” desse sistema. Por isso, é um equívoco recorrer a esses termos para comparar o Estado de bem-estar ao Estado algorítmico.

Entretanto, podemos comparar as respectivas concepções de satisfação humana – e o papel que atribuem aos mercados e ao Estado. A proposta do Vale do Silício é clara: graças aos ciclos de retroalimentação constantes, todos podemos nos tornar empreendedores e cuidar dos próprios negócios! Como Brian Chesky, diretor executivo do Airbnb, afirmou à revista *Atlantic*: “O que acontece quando todo mundo vira uma marca? Quando todos têm uma reputação? Todos podem se tornar empreendedores”.

De acordo com essa concepção, vamos todos ser programadores (a favor dos Estados Unidos!) pelas manhãs, à tarde dirigir carros para a Uber e à noite abrir nossas cozinhas como restaurantes – cortesia do Airbnb. Como diz O’Reilly, referindo-se à Uber e a empresas similares, “esses serviços solicitam a todos os passageiros que avaliem o motorista (assim como este avalia o passageiro). Os motoristas que prestam um serviço ruim são eliminados. O sistema de reputação é o melhor para assegurar uma excelente experiência para o usuário, mais do que qualquer regulamentação estatal”.

O Estado continua a existir por trás da “economia compartilhada”, pois pode ser necessário para assegurar que a reputação acumulada na Uber, no Airbnb e em outras plataformas seja totalmente líquida e transferível, criando um mundo

onde todas as interações sociais são registradas e avaliadas e apagando quaisquer diferenças entre domínios sociais. Alguém, em algum lugar, vai acabar por classificá-lo como passageiro, hóspede, estudante, paciente, cliente. Se essa infraestrutura de classificação é descentralizada, ou mantida por uma gigante como o Google, ou se fica nas mãos do Estado, isso ainda não está claro, mas o objetivo principal é transformar a reputação em uma rede social adaptada à retroalimentação e capaz de proteger os cidadãos comprovadamente responsáveis das vicissitudes da desregulamentação.

Admirador dos sistemas de reputação da Uber e do Airbnb, O’Reilly quer que os governos os “adotem ali onde não se comprovaram efeitos nocivos”. Porém, o que é um “efeito nocivo” e qual é a maneira de comprová-lo são questões-chave que pertencem ao “como” da política, aquele que a regulação algorítmica visa suprimir. É fácil comprovar os “efeitos nocivos” se o objetivo da regulação for a eficiência, mas e se for outra coisa? Será que existem alguns benefícios – menos sessões no psicanalista, talvez – em não ter as interações sociais classificadas?

O imperativo de avaliar e exibir “resultados” e “efeitos” já pressupõe que o objetivo da política é a otimização da eficiência. Entretanto, enquanto a democracia for irredutível a uma fórmula, seus valores intrínsecos sempre vão perder essa batalha, pois são muito mais difíceis de quantificar.

Para o Vale do Silício, porém, o Estado algorítmico, obcecado pelos sistemas de reputação e pela economia compartilhada, é o novo Estado do bem-estar social. Se você for honesto e trabalhador, sua reputação on-line vai refletir isso, produzindo uma rede de proteção social altamente personalizada. É a “ultraestabilidade” no sentido de Ashby: enquanto o Estado de bem-estar assume a existência de males sociais específicos

a serem combatidos, o Estado algorítmico dispensa tais suposições. As ameaças futuras podem permanecer totalmente incognoscíveis e totalmente solucionáveis – no plano individual.

Evidentemente, o Vale do Silício não está sozinho ao defender essas soluções individuais ultraestáveis. Em seu best-seller de 2012, intitulado *Antifragil: coisas que se beneficiam com o caos*, Nassim Taleb faz um apelo similar, ainda que mais filosófico, a favor da otimização da nossa desenvoltura e resiliência individuais: não consiga um emprego, mas muitos; não contrai dívidas, recorra à sua experiência própria. Tudo gira em torno da resiliência, de assumir riscos e, como diz Taleb, de “sentar à mesa do jogo”. Como afirmam Julian Reid e Brad Evans, no livro *Resilient Life: The Art of Living Dangerously* [Vida resiliente: a arte de viver perigosamente], esse crescente culto da resiliência mascara um reconhecimento tácito de que nenhum projeto coletivo poderia sequer aspirar a controlar as profusas ameaças à existência humana – a única expectativa ao nosso alcance é a de reunirmos condições para enfrentar cada uma dessas ameaças individualmente. “Quando adotam o discurso da resiliência”, comentam Reid e Evans, “os formuladores de políticas o fazem com objetivos explícitos de impedir que os seres humanos concebam o perigo como um fenômeno do qual deveriam se libertar e até mesmo, pelo contrário, o ditam como aquilo a que agora devem se expor”.

Qual é, então, a alternativa progressista? “O inimigo do meu inimigo é meu amigo” não funciona aqui: a constatação de que o Vale do Silício está investindo contra o Estado de bem-estar social não significa que os progressistas devam defendê-lo até a última instância (ou tweet). Primeiro, mesmo os governos de esquerda têm espaço limitado para manobras fiscais, uma vez que o tipo de gasto discricionário que é preciso

para modernizar o Estado de bem-estar social nunca seria aprovado pelos mercados financeiros globais. E são as agências de classificação de crédito e os mercados de títulos – e não os eleitores – que hoje estão no comando.

Em segundo lugar, a crítica esquerdista do Estado de bem-estar social se tornou ainda mais relevante na atualidade, quando se embaralham as fronteiras nítidas entre o bem-estar e a segurança. Quando o sistema operacional Android, do Google, viabiliza grande parte de nossa vida cotidiana, será cada vez mais forte a tentação do governo de nos conduzir por meio de carros controlados a distância e de dosadores de sabão acionados por alarme. Isso expandirá o controle do Estado em áreas da vida antes isentas de regulamentação.

Com a disponibilidade de tantos dados, o argumento favorito do governo na luta contra o terror – “se apenas os cidadãos soubessem tanto quanto sabemos, também eles imporiam todas essas exceções jurídicas” – facilmente se estende a outras áreas, desde a da saúde até a das mudanças climáticas. Basta ver um artigo acadêmico recente, que usou dados de pesquisas feitas por meio do Google para estudar os padrões de obesidade nos Estados Unidos, e encontrou uma correlação significativa entre palavras-chave de busca e níveis de índice de massa corporal. “Os resultados sugerem que a ideia de um monitoramento da obesidade por intermédio de dados em tempo real do Google Trends é muito promissora”, observam os autores, o que seria “particularmente agradável para os órgãos estatais de saúde e para empresas privadas, como as seguradoras”.

Se o Google detectou uma epidemia de gripe numa região, é difícil contestar esse alerta – nós não contamos com a infraestrutura necessária para processar tantos dados nessa escala. Depois do ocorrido, é possível mostrar que o Google se

equivocou – como se deu recentemente com seus dados relativos a tendências de gripe, que superestimavam a quantidade de infecções, possivelmente por não levar em conta a intensa cobertura da gripe pela mídia –, assim como também se equivocou com a maioria dos alertas terroristas. É a natureza imediata, em tempo real, dos sistemas computadorizados que os torna aliados perfeitos de um Estado infinitamente expansivo e obcecado pela prevenção de ataques.

Talvez o caso de Glória Flacente e de sua excursão fracassada à praia não tenha sido apenas uma curiosidade histórica, mas um presságio de como a computação em tempo real, associada às tecnologias de comunicação onipresentes, iria transformar o Estado. Um dos raros indivíduos a se dar conta desse presságio foi um publicitário americano pouco conhecido, chamado Robert MacBride, que levou até o fim a lógica da Operação Corral, num livro injustamente negligenciado, *The Automated State* (O Estado automatizado), lançado em 1967.

Na época, os americanos debatiam os méritos de criar um banco de dados capaz de agregar várias estatísticas nacionais e torná-las acessíveis aos diversos órgãos governamentais. MacBride atacou a incapacidade de seus contemporâneos de ver como o Estado exploraria os metadados acumulados nesse processo de informatização generalizada. Em vez de “um Império Austro-Húngaro em grande escala e atualizado”, os sistemas computacionais modernos produziriam “uma burocracia de alcance quase celestial”, capaz de “discernir e definir relações de maneira que nenhuma burocracia humana poderia almejar”.

“O fato de alguém ir a um boliche no domingo ou, em vez disso, visitar uma biblioteca é irrelevante, desde que ninguém verifique essas coisas”, escreveu ele. A situação não é a mesma quando sistemas computadorizados podem agre-

gar dados de diferentes domínios e identificar as correlações. “Nesse comportamento individual ao comprar e vender um automóvel, uma casa ou um lote de ações, ao saldar dívidas e contrair novas, ao ganhar dinheiro e ser remunerado, tudo isso será registrado de forma meticulosa e estudado exaustivamente”, advertiu. Assim, um cidadão logo vai notar que “sua opção de assinatura de revistas [...] pode ser analisada e indicar precisamente a probabilidade de ele preservar o patrimônio ou se interessar pela educação dos filhos”. Isso soa assustadoramente semelhante ao caso recente de um pai infeliz que descobriu que a filha estava grávida ao receber em casa um cupom enviado por uma rede de varejo, a Target. O palpite da Target fora baseado na análise de consumo de produtos – por exemplo, loção sem perfume – em geral adquiridas por mulheres grávidas.

Para MacBride, a conclusão era óbvia. “Os direitos políticos não serão violados, mas vão se assemelhar mais aos direitos de um pequeno acionista numa empresa gigantesca”, escreveu. “Nesse futuro, a marca da sofisticação e *savoir-faire* será a graça e a flexibilidade com as quais a pessoa aceita o papel que lhe cabe, aproveitando ao máximo o que ele oferece.” Em outras palavras, como antes de tudo somos todos empreendedores – e, em segundo lugar, cidadãos –, só nos resta aproveitar ao máximo essa condição.

O que, então, pode ser feito? A tecnofobia não é a solução. Os progressistas precisam de tecnologias que respeitem o espírito, se não a forma institucional, do Estado de bem-estar social e preservem o compromisso deste com vistas a oferecer as condições ideais para a prosperidade humana. Até mesmo certa ultraestabilidade é bem-vinda. A estabilidade era um objetivo louvável do Estado de bem-estar social antes de este cair numa armadilha: ao especificar exatamente as proteções que o Estado deveria oferecer contra os excessos do capitalismo,

não pôde desviar, com facilidade, das novas formas de exploração, não especificadas de antemão.

Como construímos um bem-estar social que seja ao mesmo tempo descentralizado e ultraestável? Algum tipo de renda mínima garantida – por meio da qual alguns serviços sociais são substituídos por transferências diretas de renda para os cidadãos – atende ambos os critérios.

Criar condições apropriadas para o surgimento de comunidades políticas em torno de causas e questões que lhes pareçam relevantes seria outro passo. A plena conformidade com o princípio da ultraestabilidade determina que tais questões não podem ser antecipadas ou impostas de cima – por partidos políticos ou sindicatos – e devem permanecer não especificadas.

O que pode ser definido é o tipo de infraestrutura de comunicação necessária para sustentar essa causa: ela deve ser de livre acesso, de difícil rastreamento e aberta para usos novos e subversivos. A atual infraestrutura do Vale do Silício é excelente para atender as necessidades do Estado, e não as necessidades dos cidadãos organizados por conta própria. Claro que ela pode ser replantada por causas ativistas – o que costuma ocorrer –, mas não há motivo para aceitar o status quo como ideal ou inevitável.

Por que, afinal de contas, se apropriar de algo que desde o início deveria pertencer à população? Enquanto muitos dos criadores da internet lamentam quão baixo caiu a sua criatura, a raiva deles é mal direcionada. A culpa não é dessa entidade amorfa, e sim, antes de tudo, da ausência de uma política tecnológica robusta de esquerda – uma política que se possa contrapor à agenda pró-inovação, pró-ruptura e pró-privatização do Vale do Silício. Na ausência de tal política, todas essas comunidades políticas emergentes atuam com as asas cortadas. Não se

100 sabe se o próximo Occupy Wall Street vai conseguir ocupar

algo numa cidade verdadeiramente inteligente: muito provavelmente, seus ativistas acabariam censurados e eliminados.

Para seu crédito, MacBride entendeu tudo isso em 1967. “Com os recursos da tecnologia e das técnicas de planejamento modernas”, alertou ele, “não se requer de fato nenhum grande truque para transformar até mesmo um país como o nosso numa corporação eficiente, onde todos os detalhes da vida não passam de funções mecânicas a serem ajustadas”. O temor de MacBride é o plano-mestre de O’Reilly: o governo, escreve ele, deveria se basear no modelo de “startup enxuta” adotado no Vale do Silício, que “usa os dados para revisar e aperfeiçoar constantemente sua abordagem do mercado”. É exatamente essa a abordagem recém-adotada pelo Facebook: a fim de maximizar a participação dos seus usuários: se o truque é mostrar a eles uma quantidade maior de histórias felizes, então que assim seja.

A regulação algorítmica, independentemente de seus benefícios imediatos, nos dará um regime político no qual todas as decisões serão tomadas pelas empresas de tecnologia e pelos burocratas estatais. Coube a um escritor de ficção científica, o polonês Stanislaw Lem, numa crítica publicada a respeito da cibernética, por assim dizer, na mesma época que *The Autonomous State*, explicitar a questão: “A sociedade não pode desistir do fardo de decidir o próprio destino, abdicando dessa liberdade em prol do regulador cibernético”.